



## **EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: revisão integrativa**

**Ricardo Roger Sanches, Rosana Marques da Silva, Roberta Borghetti Alves**  
Psicologia - Psicologia do Trabalho e Organizacional

### **Resumo**

O interesse pelo tema da educação permanente voltada à atenção psicossocial em saúde mental na atenção primária à saúde decorre de sua relevância social e impacto global na saúde coletiva, uma vez que esse nível de atenção representa a porta de entrada do sistema onde os profissionais, por conhecerem diretamente a realidade da população, estão aptos a implementar estratégias de prevenção e promoção em saúde mental, fundamentais para conter o avanço dos transtornos mentais. Este estudo, por meio de revisão integrativa, teve como objetivo identificar as principais estratégias e práticas voltadas à educação permanente sobre atenção psicossocial em saúde mental na atenção primária à saúde, com base em estudos nacionais e internacionais publicados entre 2019 e 2024. A pesquisa foi conduzida nas bases BVS, CAPES e BDTD, utilizando descritores em português e inglês, e seguiu as etapas metodológicas propostas por Mendes, Silveira e Galvão. Foram selecionados 15 estudos, incluindo artigos científicos, dissertações e uma tese, com predominância de abordagem qualitativa. Os resultados revelaram diversidade nas modalidades de intervenção, com destaque para oficinas, encontros reflexivos, aulas EAD e grupos focais. Os conteúdos abordados incluíram temas como reforma psiquiátrica, apoio matricial, transtornos mentais, acolhimento, políticas públicas e comportamento suicida. As estratégias utilizadas foram múltiplas, como dramatização, estudo de caso, entrevistas e visitas institucionais. A análise dos resultados permitiu a categorização em três eixos temáticos: mapeamento, resultados e avaliação. Evidenciou-se que a educação permanente em saúde mental contribui para a transformação das práticas profissionais, fortalecimento da rede de atenção psicossocial e superação do modelo biomédico. As avaliações realizadas nos estudos demonstraram impactos positivos na aprendizagem, satisfação e aplicabilidade das intervenções. Conclui-se que a qualificação dos profissionais da atenção primária, por meio de intervenções psicossociais, é essencial para o enfrentamento dos desafios contemporâneos da saúde mental no Brasil.

A saúde mental é um tema complexo e multifacetado, atravessado por diversas disciplinas e saberes. Sua conceituação evoluiu ao longo do tempo, especialmente com o avanço das discussões sobre o modelo biopsicossocial, que se contrapõe ao tradicional modelo biomédico (Alcântara et al., 2022; Soalheiro et al., 2023). No Brasil, a Reforma Psiquiátrica representou um marco na política pública de saúde mental, propondo um modelo de atenção psicossocial baseado na desinstitucionalização, no cuidado em liberdade e no respeito aos direitos humanos. A partir dessa reforma, foi criada a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que organiza os serviços de saúde mental em diferentes níveis de atenção, com destaque para a Atenção Primária à Saúde (APS), considerada a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (Gama et al., 2021; Santos; Silva, 2022).

A APS, ofertada principalmente pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) por meio da Estratégia da Saúde da Família (ESF), tem papel central na promoção da saúde mental, pois permite o contato direto com a comunidade e favorece ações de prevenção, promoção e cuidado contínuo. Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), criada em 2004, surge como uma estratégia fundamental para qualificar os profissionais da APS. Seu objetivo é promover o desenvolvimento contínuo dos trabalhadores da saúde por meio da reflexão crítica sobre as práticas cotidianas, integrando ensino, serviço, gestão e controle social (Iglesias et al., 2023; Mattos et al., 2023).

A relevância do tema é evidenciada por dados alarmantes, pois segundo a OMS, cerca de 1 bilhão de pessoas vivem com algum transtorno mental, sendo o suicídio responsável por mais de 1 em cada 100 mortes. No Brasil, os óbitos por lesões autoprovocadas dobraram nos últimos 20 anos, com destaque para a faixa etária entre 10 e 19 anos. O país ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de ansiedade e o quinto em depressão. A população transgênero apresenta os piores índices de saúde mental, com expectativa de vida de apenas 35 anos. Esses dados reforçam a necessidade de ampliar a cobertura e a oferta de serviços em saúde mental, especialmente na APS, e de investir na qualificação dos profissionais que atuam nesse nível de atenção (Organização Mundial de Saúde, 2020).

Diante desse cenário, este estudo objetivou analisar as intervenções orientadas à educação permanente



## 24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração  
entre Pós-Graduação e Graduação  
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

sobre atenção psicossocial em saúde mental na APS, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A pesquisa caracterizou as intervenções; identificou as estratégias adotadas; descreveu os resultados e as formas de avaliação. A pergunta norteadora foi: “como estão estruturadas as intervenções orientadas à educação permanente sobre atenção psicossocial em saúde mental na atenção primária à saúde, em estudos nacionais e internacionais, dos últimos seis anos?”

A metodologia adotada foi qualitativa, com delineamento teórico e abordagem descritiva/exploratória. A revisão integrativa seguiu as etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008), que incluem a formulação da questão de pesquisa, busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação, interpretação dos resultados e apresentação da síntese. A questão foi elaborada com base no acrônimo PECOT, considerando a população (profissionais da APS), a exposição (intervenções de educação permanente), o contexto (serviços de APS), os desfechos (estratégias e efeitos) e o tempo 2019 a 2024 (Santos; Pimenta; Nobre, 2007).

A busca foi realizada nas bases BVS, CAPES e BDTD, utilizando descritores em português, inglês e espanhol. Foram incluídos estudos empíricos publicados entre 2019 e 2024, em português, inglês e espanhol, que abordassem intervenções psicossociais. Foram excluídas produções teóricas e estudos que não contemplassem o SUS. A amostra final foi composta por 15 estudos: 10 artigos científicos, 4 dissertações e 1 tese de doutorado. Os dados foram organizados em uma planilha de Excel, com base no formulário validado por Ursi (2005) e analisados segundo três eixos temáticos: mapeamento, resultados e avaliação.

Quanto aos resultados, o eixo “Mapeamento” revelou diversidade nas modalidades das intervenções. Os estudos utilizaram ensino à distância (EAD) (Salgado, 2019; Naibert, 2020), estratégias híbridas (Ferreira, 2019; Oliveira, 2019) e os demais estudos adotaram encontros presenciais. O número de encontros variou entre um e mais de dez, com prevalência de um a três encontros (Deglesposti, 2024; Bomfim, 2023; Figueiredo, 2021; Medeiros, 2020; Naibert, 2020; Oliveira, 2019; Pereira, 2019). As intervenções incluíram oficinas, grupos focais, dramatizações, círculos de cultura e aulas EAD. A carga horária também variou significativamente. Os cursos EAD apresentaram maior carga horária, com até 180 horas distribuídas em módulos. As oficinas presenciais tiveram duração entre 4 e 12 horas. Os conteúdos abordados foram amplos e relevantes, incluindo temas como reforma psiquiátrica, apoio matricial, transtornos mentais comuns e graves, sofrimento mental, doenças crônicas não transmissíveis, acolhimento, legislação, políticas públicas sobre álcool e outras drogas, comportamento suicida, epidemiologia do suicídio, rotina dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), prática profissional e construção de ações coletivas.

No subeixo “Estratégias”, foram identificadas 15 atividades utilizadas nas intervenções, como observação, entrevistas semiestruturadas, diário de campo, dramatização, recursos didáticos, curso com tutoria, pesquisa de campo, análise documental, diálogo problematizador, questionário, ambiente virtual de aprendizagem (AVA), estudo de caso, visita domiciliar e institucional. A maioria dos estudos utilizou mais de uma estratégia, combinando diferentes abordagens para alcançar seus objetivos.

No eixo “Resultados”, destacam-se os benefícios da EAD na capacitação profissional, especialmente quando aliada a metodologias problematizadoras. Os estudos apontam que a EAD promove flexibilidade, integração entre profissionais e serviços, e aprendizagem significativa. A presença de tutoria comprometida e a articulação com a rede de serviços foram fatores importantes para o sucesso das intervenções. A avaliação entre pares também foi destacada como elemento fortalecedor da aprendizagem (Salgado, 2019; Ferreira, 2019; Oliveira, 2019).

A temática do suicídio foi abordada em alguns estudos, com resultados positivos na postura dos participantes após intervenções educativas. Houve aumento de atitudes favoráveis e redução de posicionamentos desfavoráveis frente ao tema (Medeiros, 2020). A aprendizagem significativa foi evidenciada por meio de oficinas e dramatizações, que promoveram reflexão coletiva, transformação social e ampliação da capacidade de análise e intervenção dos profissionais (Cordeiro, 2020; Figueiredo, 2021).

Quatro estudos resultaram na elaboração de propostas formativas, como planos de ação matricial, cursos de capacitação para manejo do comportamento suicida e diretrizes para educação permanente. Essas propostas foram construídas a partir da participação ativa dos profissionais envolvidos, evidenciando a importância da escuta e da construção coletiva (Naibert, 2019; Pereira, 2019; Bomfim, 2023; Rezio, 2019). Três estudos indicaram mudança de paradigma frente ao modelo biomédico. Os processos de educação permanente promoveram ressignificação das práticas profissionais, alinhando-as aos princípios do SUS e ao modelo de atenção psicossocial. Os participantes passaram a adotar uma visão mais humanizada e integrada do cuidado em saúde mental (Gama, 2021; Rezio, 2020; Tonin, 2021).

Já no eixo “Avaliação”, apenas cinco estudos incluíram instrumentos de avaliação, representando um processo formalizado. Três realizaram avaliação de reação (Ferreira, 2019; Oliveira, 2019; Deglesposti,



## 24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração  
entre Pós-Graduação e Graduação  
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

2024), um realizou avaliação de eficácia e aprendizagem (Salgado, 2019), e um avaliação de aprendizagem (Medeiros, 2020). As avaliações foram realizadas por meio de questionários, grupos focais, escalas de atitude e instrumentos específicos. Os resultados indicam impacto positivo na aprendizagem, satisfação dos participantes e aplicabilidade das intervenções. Em síntese, este estudo evidencia que a educação permanente em saúde mental é uma ferramenta estratégica para qualificar os profissionais da APS. As intervenções analisadas promovem aprendizagem significativa, favorecem a mudança de paradigma, fortalecem o cuidado psicossocial e contribuem para a construção de propostas formativas. A modalidade EAD, quando bem estruturada, apresenta grande potencial formativo. As avaliações realizadas demonstram que essas práticas têm impacto direto na melhoria das ações em saúde mental, tornando o cuidado mais resolutivo, humanizado e integrado à realidade dos usuários. Diante da crescente demanda por serviços de saúde mental e da complexidade dos desafios enfrentados na APS, é fundamental investir em estratégias de educação permanente que promovam a formação crítica, reflexiva e comprometida dos profissionais. A atenção psicossocial exige não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade, escuta qualificada e capacidade de atuação em rede. Este estudo contribui para o fortalecimento dessas práticas e para a construção de um sistema de saúde mais justo, inclusivo e eficaz.

**Palavras-chave:** Educação Permanente; Saúde Mental; Atenção Primária à Saúde

### Referências

ALCÂNTARA, V. P.; VIEIRA, C. A.; ALVES, S. U. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análises das produções científicas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 351–361, 2022. Disponível em: <https://1413-81232022271.22562019>. Acesso em: 24 abr. 2024.